

SAÚDE PÚBLICA

Boletim Informativo



Índice

03

I – NOTÍCIAS: PGJ alinha em reunião diretrizes das áreas de atuação

04

I – NOTÍCIAS: MP vistoria Unidades de Saúde da Família no Município de Aurelino Leal

04

I – NOTÍCIAS: Justiça determina interrupção de internações em hospital psiquiátrico de Juazeiro

05

I – NOTÍCIAS: 'Raízes da Cidadania': Projeto inédito busca atuação transversal para melhorar indicadores sociais da Bahia

06

I – NOTÍCIAS: Unidades de ensino e saúde são fiscalizadas em municípios baianos

07

I – NOTÍCIAS: Reunião discute cenário epidemiológico das meningites na Bahia

08

I – NOTÍCIAS: Funcionamento da Atenção Primária à Saúde na Bahia é debatido em webinar

09

I – NOTÍCIAS: Ausência de fornecimento de ajuda de custo para alimentação para pacientes em Tratamento Fora do Domicílio motiva MP a acionar Município de Casa Nova

09

I – NOTÍCIAS: MP aciona Município de Juazeiro para regularizar funcionamento de unidade de saúde

10

I – NOTÍCIAS: Justiça determina interdição do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora de Fátima em Juazeiro

11

II – DECISÕES SOBRE INCORPORAÇÕES NO SUS

PGJ alinha em reunião diretrizes das áreas de atuação

O procurador-geral de Justiça Pedro Maia, a procuradora-geral Adjunta Norma Cavalcanti, coordenadores de Centros de Apoio Operacional, de Grupos de Atuação Especial, e de outras unidades da Administração realizaram a primeira reunião de 2024 para alinhamento sobre as diretrizes de atuação da gestão para os próximos dois anos. A mesa da reunião, além dos procuradores-gerais, foi composta pelo chefe de Gabinete Fabrício Patury e pelos secretários-geral e Adjunto André Lavigne e Luís Alberto Vasconcelos.

"Todos aqui têm o comprometimento e entregas muito fortes por onde passaram. Temos uma relação de confiança mútua. A gestão do MP é cada um de nós. Será construída de forma horizontal, democrática e transparente. As pautas serão definidas sempre considerando a coletividade", afirmou o PGJ. Ele destacou ainda a necessidade de construir uma relação maior de proximidade do MP, dos promotores, com a população baiana, principalmente aquela mais vulnerável. E também a importância de elaborar marcadores de mensuração do impacto positivo do trabalho do MP nos três grandes pilares de atuação da gestão: Segurança Pública, Desenvolvimento Humano e Sustentabilidade.

Participaram da reunião os coordenadores da Gestão Estratégica, Patrícia Medrado; da Controladoria Interna, Lourival Miranda; da Central de Apoio Técnico (Ceat), Andrea Scaff; da Unidade de Apoio da Atividade Finalística (UAAF), Pedro Castro e Yuri Mello; de Segurança e Inteligência Institucional (CSI), Gilberto Amorim; da Comissão de Gestão da Informação (Cogi), Rui Sanches; dos Grupos de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Luiz Neto; de Segurança Pública (Geosp), Ernesto Cabral; de Execução Penal (Gaep), Edmundo Reis; de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf), Alex Neves; da Corregedoria Administrativa, Roberto Gomes; do Centro de Apoio e Estudos Funcionais (Ceaf), Márcio Fabel; dos Centros de Apoio Operacional de Educação (Ceduc), Adriano Marques; de Criança e Adolescente (Caoca), Ana Emanuela Meira; Criminal (Caocrim), Adalto Araújo; Segurança Pública (Ceosp), Hugo Casciano; Cível (Caocife), Aurivana Braga; Consumidor (Ceacon), Thelma Leal; do Meio Ambiente (Ceama), Augusto César de Matos; dos Direitos Humanos (Caodh), Rogério Queiroz e de Saúde (Cesau), Rocio Matos.

Fonte: [Cecom/MPBA](#)



MP vistoria Unidades de Saúde da Família no Município de Aurelino Leal



O Ministério Público estadual, por meio do projeto 'Saúde + Educação - Transformando o novo milênio', realizou na última segunda-feira, dia 11, inspeção nas Unidades de Saúde da Família (USF) localizadas no Município de Aurelino Leal. Foram visitadas as USFs Zuleica de Freitas, Aurelino Leal e Edmilson Costa Carneiro. As visitas foram realizadas pelo promotor de Justiça Allan Santos Góis acompanhado de servidores e estagiários do MP.

Durante as inspeções, os responsáveis pelas USFs apresentaram as estruturas físicas das unidades e prestaram informações gerais acerca de recursos humanos, equipamentos, insumos, medicamentos e serviços oferecidos à

comunidade. A equipe do MP observou ainda se as informações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) estavam atualizadas, além de verificar os aspectos físicos gerais aparentes dos prédios onde funcionam as USFs visitadas.

Segundo o promotor de Justiça Allan Góis, na USF Edmilson Costa Carneiro falta um aparelho celular da própria unidade e um espaço para atividades psicomotoras e as realizadas pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf). Já na USF Zuleica de Freitas há insuficiência de instrumentos para o trabalho de saúde bucal, faltam alguns medicamentos como os de hipertensão arterial e as paredes internas da unidade necessitam de reparos em razão de infiltração. Ficou agendada uma reunião para o próximo dia 21 de março com os secretários municipais de Saúde e de Obras do Município para discutir os problemas encontrados e traçar metas para resolução das demandas na área de saúde.

Fonte: Cecom/MPBA

Justiça determina interrupção de internações em hospital psiquiátrico de Juazeiro

A Justiça acatou pedidos do Ministério Público estadual e determinou à Associação Sanfranciscana de Assistência de Saúde Mental que interrompa a realização de novas internações no Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora de Fátima, em Juazeiro, informe a origem dos pacientes já internados, de outras localidades, e comunique aos Municípios o prazo de 40 dias para que seja providenciada a entrega dos pacientes aos seus responsáveis. A decisão foi proferida na quarta-feira, dia 13, no processo da ação civil pública ajuizada pela promotora de Justiça Rita de Cássia Caxias de Souza.

Na decisão, o juiz José Goes Filho considerou os relatórios de inspeção realizados na unidade hospitalar em outubro de 2023 e neste mês de março apontados pelo MP, que constataram diversas irregularidades e violação a direitos dos pacientes. "Verifico que estão faltando insumos básicos no Hospital Psiquiátrico, bem como há um total descaso e desamparo com a situação dos pacientes internados", afirmou. Ele determinou ainda o bloqueio de regulações para a unidade pela Central Interestadual de Leitos.

Entre as graves irregularidades constatadas pelas inspeções estão déficit na alimentação fornecidas aos pacientes (frutas e carnes), estruturas físicas danificadas, falta de limpeza nos refeitórios e incapacidade de fornecer vestimentas e medicamentos necessários. Os problemas, destaca a decisão, persistiram mesmo após determinações liminares obrigando a solução urgente das inconformidades.

O descumprimento da decisão pode ensejar multa diária de R\$ 2,5 mil, sem prejuízo de instauração de procedimento para apuração de crime de desobediência.

Fonte: [Cecom/MPBA](#)

‘Raízes da Cidadania’: Projeto inédito busca atuação transversal para melhorar indicadores sociais da Bahia



Proposta que envolve cinco áreas de atuação foi apresentada em reunião entre PGJ e secretários estaduais

A integração interinstitucional, diálogo permanente e trabalho conjunto em prol da sociedade baiana foram os principais temas abordados na reunião ocorrida ontem, dia 26, entre o Ministério Público baiano e as secretarias de Estado, no Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, no CAB. Durante o encontro, foi apresentado o esboço de um projeto institucional inédito do MPBA, intitulado 'Raízes da Cidadania', que propõe uma atuação transversal da Instituição visando à melhoria dos indicadores sociais do estado.

O projeto foi idealizado pelo procurador-geral de Justiça Pedro Maia e elaborado pela Coordenadoria de Gestão Estratégica (CGE), em conjunto com Centros de Apoio Operacional. Com lançamento oficial ainda a ser realizado, o 'Raízes da Cidadania' foi concebido e alinhado a dois dos três principais pilares da agenda de atuação do MP para os próximos dois anos, desenvolvimento humano e sustentabilidade, e perpassa cinco áreas de atuação institucional: Direitos Humanos, Criança e Adolescente, Saúde, Educação e Meio Ambiente.

O projeto foi apresentado pela coordenadora da CGE, promotora de Justiça Patrícia Medrado, ao secretário de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), Felipe Freitas; às secretárias de Saúde, Roberta Machado (Sesab) e de Assistência e Desenvolvimento Social (Seades), Fabya Reis; e à representante da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Aline Teles. O encontro contou com a presença dos coordenadores do Caodh, Rogério Queiroz, gerente do projeto; do Caoca, Ana Emanuela Rossi; da Cesau, Rocío Matos; do Ceduc, Adriano Marques; do Ceama, Augusto César Carvalho; além do chefe de Gabinete da Seades, José Leal; e do assessor de Gabinete do MP, Celso Sant'Anna.

O procurador-geral de Justiça, Pedro Maia, destacou: "Estamos aqui hoje com nossa equipe que atua com Direitos Humanos, no sentido mais amplo, e nosso propósito é debater o desenvolvimento de políticas públicas. Mais que uma parceria, buscamos a integração de objetivos, com o MP atuando para fomentar as políticas executadas pelo Estado e Municípios. Unidos, vamos construir os caminhos em benefício da população baiana."

O 'Raízes da Cidadania' representa um fortalecimento da atuação estratégica institucional e interinstitucional, promovendo o compartilhamento de competências, conhecimentos e equipes para a construção e execução estratégica, sistematizada e monitorada de políticas públicas resolutivas destinadas a transformar a realidade social da Bahia.[...] [Leia na íntegra](#)

Fonte: [Cecom/MPBA](#)



Unidades de ensino e saúde são fiscalizadas em municípios baianos

Unidades de ensino e saúde instaladas em municípios baianos foram fiscalizadas na manhã desta quinta-feira, dia 4, por equipes do Ministério Público estadual. Promotores de Justiça e servidores da Instituição estiveram nos equipamentos públicos para verificar as condições dos serviços prestados, das estruturas físicas e de pessoal, explicou a gerente do programa “Saúde + Educação: transformando o novo milênio”, promotora de Justiça Rosa Patrícia Atanázio. A ação fiscalizatória é uma iniciativa do programa, que busca a qualidade dos serviços para bem atender às necessidades da população.

Para a dona de casa Ana Célia Cerqueira, 43 anos, que aguardava atendimento, a visita do MP é “uma ótima iniciativa”. “Muito bom ver o Ministério Público aqui fiscalizando, cobrando que o serviço funcione. Precisamos disso!”, disse ela, que necessita de atendimento semanal na Unidade de Saúde da Família da Capelinha de São Caetano. A coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Cesau), promotora de Justiça Rocio Garcia Matos participou da ação e destacou que a ação simultânea visa também ouvir os usuários dos serviços para, posteriormente buscar a regularização das possíveis pendências junto às Secretarias de Saúde dos Municípios.

Em Salvador, foram vistoriadas as Unidades de Saúde da Família de Capelinha do São Caetano, Bom Juá, Fazenda Grande III, Jaguaripe I e Estrada da Cocisa; e as Unidades Básicas de Saúde Sérgio Arouca, em Paripe, e Vale dos Lagos. Segundo Rosa Patrícia Atanázio, não foram identificadas irregularidades expressivas. As equipes formadas ainda pelos promotores de Justiça Cláudia Virgínia Barreto, Thaianna Rusciolli, Ricardo Menezes, Adelina de Cássia Carvalho e servidores Luara Macedo, Philippe Valente, Ana Paula Mattos e Catarine Pereira detectaram situações relativas à falta de alguns medicamentos, infiltrações em paredes de algumas unidades, redução do número de profissionais de assistência e falta de profissional para acompanhamento de pré-natal.[...] [Leia na íntegra](#)

Fonte: Cecom/MPBA



Reunião discute cenário epidemiológico das meningites na Bahia

O cenário epidemiológico das meningites na Bahia foi discutido na tarde de hoje, dia 22, durante a Reunião Ampliada sobre Meningites que ocorreu no auditório da Escola de Saúde Pública da Bahia, no Centro de Atenção à Saúde Prof. Dr. José Maria de Magalhães Netto, na Avenida ACM. “É muito importante estarmos juntos discutindo esse tema tão importante, para reforçarmos a importância da atuação em rede e melhorarmos os fluxos de atuação”, destacou o promotor de Justiça Carlos Martheo Guanaes. O evento é uma iniciativa da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (Divep), por meio da coordenação de Imunizações e Vigilância Epidemiológica das Doenças Imunopreveníveis (Civedi), em parceria com o Ministério Público estadual, Diretoria de Gestão do Cuidado (DGC), Instituto Couto Maia e Diretoria de Vigilância da Saúde de Salvador.

O técnico da coordenação-geral de Vigilância das Doenças Imunopreveníveis do Ministério da Saúde, Marcelo Wada, falou sobre a política nacional de imunizações e os objetivos da vigilância, que incluem medidas como a definição de critérios para a notificação e registro de casos suspeitos em serviços de saúde públicos e privados; monitorar a situação epidemiológica das meningites; detectar surtos; e realizar rastreamentos de contatos. A meningite é um processo inflamatório que atinge as meninges, membranas que envolvem o cérebro e a medula espinhal, que pode ser causada por diversos agentes infecciosos como bactérias, vírus, fungos e parasitas, bem como por processos não infecciosos, a exemplo de neoplasias, traumatismos ou medicamentos. Ele destacou a iniciativa liderada pela Organização Mundial da Saúde e por várias entidades parceiras de eliminar as epidemias de meningite bacteriana até 2030. “O objetivo é a redução de casos evitáveis por vacina em 50% e mortes em 70%; e a redução da incapacidade e melhoria da qualidade de vida após meningite por qualquer causa”, explicou.

Segundo Vânia Maria Leão da Divep, desde a implantação da vacina em 2010, os casos começaram a cair na Bahia. “Sabemos que a vacina é considerada a forma mais eficaz na prevenção da doença”, destacou. A vacina meningocócica C conjugada (MenC) foi implantada em 2010 no calendário de vacinação da criança do Programa Nacional de Imunizações (PNI).[...] [Leia na íntegra](#)

Fonte: Cecom/MPBA



Funcionamento da Atenção Primária à Saúde na Bahia é debatido em webinar



O funcionamento e a estrutura da Atenção Primária à Saúde na Bahia (APS) foram tema de debate na manhã desta segunda-feira, dia 29, durante o webinar realizado pelo Ministério Público estadual. Iniciativa do Centro de Apoio Operacional da Saúde (Cesau), o evento contou com a apresentação de servidores da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), que falaram sobre temas como o papel do Estado e municípios na gestão e estrutura das equipes das unidades básicas de saúde. O encontro virtual foi aberto pela promotora de Justiça Rocío Garcia Matos, coordenadora do Cesau. Ela destacou a importância do evento ao contribuir com a qualificação dos promotores de Justiça que atuam na área e ressaltou a atuação do MP com o projeto ‘Saúde + Educação: Transformando o novo milênio’, que fiscaliza unidades de saúde e educação da Bahia.

“Esse webinar visa qualificar nossos trabalhos e a melhoria dos serviços públicos de saúde”, destacou a promotora de Justiça Rosa Patrícia Salgado, que dividiu a mesa de abertura com o promotor de Justiça Thiago Cerqueira Fonseca, ambos gerentes do projeto ‘Saúde +Educação’.

A programação foi aberta pelo diretor da Diretoria de Atenção Básica da Sesab, Marcus Prates, que falou sobre o papel dos estados e municípios na atenção primária à saúde e sobre a estrutura da equipe de saúde da família. A APS compreende o conjunto de ações de saúde que envolvem a prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado, realizado por uma equipe multiprofissional. Entre as obrigações do Estado apresentadas por Marcus Prates estão a destinação de recursos para compor o financiamento tripartite de Atenção Básica; e a obrigação de prestar apoio institucional aos municípios no processo de implantação, acompanhamento e qualificação da Atenção Básica e de ampliação da estratégia saúde da família.

Outro assunto abordado por Marcus Prates foi o Programa Saúde na Escola (PSE), que visa a integração permanente da educação e da saúde, contribuindo para a formação integral dos estudantes. “No ano passado tivemos atividades relacionadas à saúde mental por meio do PSE em 264 municípios baianos”, destacou. Entre os avanços da atenção primária na Bahia, Marcus Prates citou a expansão do programa saúde na família; o uso progressivo das tecnologias de informação e comunicação em saúde; e o envolvimento dos estados e municípios com a educação permanente das equipes.

A programação contou ainda com a apresentação de Juliana de Abreu e Thaís Ornelas, ambas da área técnica de saúde mental da Diretoria de Gestão do Cuidado da Sesab, que falaram sobre a saúde mental e atenção básica. Participaram do debate os servidores da Sesab Pedro Diaz; Anderson Freitas; Yana Carla Almeida; Alessandra Vasconcelos; Daniele Machado; Juliana de Abreu; e Thaís Ornelas.

Fonte: [Cecom/MPBA](#)

Ausência de fornecimento de ajuda de custo para alimentação para pacientes em Tratamento Fora do Domicílio motiva MP a acionar Município de Casa Nova

O Ministério Público estadual, por meio da promotora de Justiça Patrícia Camilo, ajuizou na última terça, dia 7, uma ação civil pública para garantir que o Município de Casa Nova realize o custeio de refeições para pacientes usuários do Tratamento Fora de Domicílio (TFD).

Na ação, o MP requer ao Poder Judiciário, em caráter de urgência, que determine ao Município que forneça ajuda de custo para alimentação dos pacientes e acompanhantes de usuários do TFD, no prazo de cinco dias. A urgência no fornecimento veio após pacientes e usuários em tratamento com diagnóstico de insuficiência renal crônica e dependentes da realização de sessões de hemodiálise relatarem estar sem alimentação durante as sessões, bem como seus acompanhantes.

Outro fator que motivou o MP a ajuizar a ação foi o próprio regulamento do TFD, que garante aos pacientes cadastrados no programa o direito ao deslocamento e ajuda de custo para alimentação e hospedagem para os beneficiários e seus acompanhantes enquanto durar o tratamento, conforme a Portaria n. 55/99 do Ministério da Saúde.

O MP já havia realizado tentativa de acordo para resolução do problema em abril de 2023, quando o Município se comprometeu a buscar convênios com restaurantes para o fornecimento de marmitas aos usuários do TFD. Na ocasião, os representantes do Município se disponibilizaram ainda a realizar repasse individual da ajuda de custo para os pacientes e acompanhantes do tratamento, porém os acordos não foram cumpridos, fato que levou o MP a ajuizar a atual ação.

Fonte: [Cecom/MPBA](#)

MP aciona Município de Juazeiro para regularizar funcionamento de unidade de saúde

O Ministério Público estadual acionou o Município de Juazeiro hoje, dia 2, solicitando à Justiça que o obrigue a sanar irregularidades identificadas na Unidade Básica de Saúde do Residencial Praia do Rodeadouro. Segundo a promotora de Justiça Rita de Cássia Rodrigues Caxias, visita técnica realizada pelo Núcleo Regional de Saúde Norte identificou situação de “extrema precariedade” no equipamento público.

As irregularidades envolvem, por exemplo, armazenamento de lixo contaminado da UBS, relata a promotora de Justiça. Ela assinala que “a omissão do Município em solucionar o problema das condições sanitárias da UBS expõe os usuários aos perigos gerados por essas irregularidades sanitárias, que representam requisitos mínimos para funcionamento de uma unidade de saúde, o que dificulta o atendimento e o trabalho expondo os pacientes/usuários do serviço e os profissionais de saúde a situações de risco e perigo de saúde e de vida”.

Na ação, Rita de Cássia solicita concessão de medida liminar que determine ao Município que retire os objetos da Associação armazenados no banheiro dos funcionários; instale bebedouro na unidade; transfira a sala de enfermagem para ambiente mais amplo e equipado com pia para a lavagem das mãos; disponibilize máscaras para utilização pelos profissionais e usuários; destine local adequado para funcionar como sala de vacina; elimine as infiltrações em todos os ambientes; organize os espaços utilizados com copa e cozinha. Além disso que organize a sala de triagem, retirando os objetos amontoados pelos cantos; construa banheiros adaptados na unidade; disponibilize cartões de gestante; organize a sala do médico, retirando as caixas de papelão do ambiente; exponha cronograma de atendimentos; disponha de cadeira de rodas; instale porta-sabão e porta-toalhas nas salas; realize capacitação dos profissionais, para que sejam capazes de prestar esclarecimentos e realizar encaminhamentos em situações relacionadas aos direitos sociais, crianças e adolescentes em situação de trabalho ou exploração sexual, pessoas em situação de violência ou exploração sexual, idosos em situação de abandono ou violência; dentre outras medidas.

Fonte: [Cecom/MPBA](#)

Justiça determina interdição do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora de Fátima em Juazeiro

A pedido do Ministério Público estadual, a Justiça determinou ontem, dia 15, a interdição completa do Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora de Fátima em Juazeiro e a imediata regulação dos pacientes oriundos do Município para outra unidade hospitalar pública ou privada a cargo da administração municipal. De acordo com a promotora de Justiça Rita de Cássia Caxias, autora da ação, foi instaurado um inquérito civil em 2019 para investigar denúncias de irregularidades na unidade hospitalar, relatando condições estruturais inadequadas, equipe técnica insuficiente, falta de alimentação, medicamentos, sucateamento e maus-tratos.

Na sentença, o juiz José Goes Silva Filho determinou também que a direção hospitalar comunique a todos os municípios que possuem pacientes internados na unidade para que eles realizem o acolhimento, regulação e transferência dos seus pacientes para outros hospitais. A ação civil pública foi ajuizada pelo MP em 2022 e, depois de duas decisões liminares, a Justiça determinou a interdição completa do hospital. Entre as graves irregularidades constatadas pelas inspeções estão o déficit na alimentação fornecida aos pacientes, tais como frutas e carnes, estruturas físicas danificadas, falta de limpeza nos refeitórios e incapacidade de fornecer vestimentas e medicamentos necessários. Segundo a promotora de Justiça, os problemas persistiram mesmo após determinações liminares obrigando a solução urgente das irregularidades.

O Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora de Fátima possuía contrato com o Município de Juazeiro desde 25 de julho de 2018, com prazo inicial de quatro anos, e contrato administrativo para atendimento de serviços ambulatoriais, hospitalares, apoio diagnóstico e terapêutico e assistência ambulatorial dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Fonte: [Cecom/MPBA](#)

II – DECISÕES SOBRE INCORPORAÇÕES NO SUS

TECNOLOGIA AVALIADA E INDICAÇÃO	RELATÓRIO COM RECOMENDAÇÃO FINAL DA CONITEC	DECISÃO	PORTARIA
Mepolizumabe para o tratamento de pacientes com idade entre 6 e 17 anos com asma eosinofílica grave refratária	Relatório Técnico nº 886 Relatório para sociedade nº 431	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 22/2024 - Publicada em 22/04/2024
Durvalumabe para o tratamento de pacientes com câncer de pulmão de células não-pequenas (CPCNP) estágio III irresssecável, cuja doença não progrediu após a terapia de quimiorradiação à base de platina	Relatório Técnico nº 885 Relatório para sociedade nº 433	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 21/2024 - Publicada em 22/04/2024
Fostensavir trometamol 600 mg para o tratamento de indivíduos adultos vivendo com HIV multirresistentes aos antirretrovirais	Relatório Técnico nº 884 Relatório para sociedade nº 445	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 20/2024 - Publicada em 22/04/2024
Calprotectina fecal no monitoramento de pacientes com Doença de Crohn envolvendo o cólon	Relatório Técnico nº 888 Relatório para sociedade nº 440	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 19/2024 - Publicada em 22/04/2024
Teste de detecção de HLA-B27 para indivíduos com suspeita de espondiloartrite axial	Relatório Técnico nº 891 Relatório para sociedade nº 444	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 18/2024 - Publicada em 22/04/2024
Dosagem de porfobilinogênio urinário para confirmação diagnóstica ou prognóstico de porfirias hepáticas agudas	Relatório Técnico nº 889 Relatório para sociedade nº 442	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 17/2024 - Publicada em 22/04/2024
Ecobroncoscopia e ecoendoscopia em uso combinado, ou ecobroncoscopia em uso isolado, para pacientes diagnosticados com câncer de pulmão	Relatório Técnico nº 890 Relatório para sociedade nº 447	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 16/2024 - Publicada em 22/04/2024
Monitorização Intraoperatória Neurofisiológica para pacientes com tumor cerebelopontino submetidos à cirurgia de exérese tumoral com alto risco de sequelas neurológicas	Relatório Técnico nº 887 Relatório para sociedade nº 427	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 15/2024 - Publicada em 22/04/2024
Profilaxia Pós-Exposição de Risco (PEP) à Infecção pelo HIV, IST e Hepatites Virais Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas	Relatório Técnico nº 883	Atualizar PCDT	SECTICS/MS nº 14/2024 - Publicada em 10/04/2024
Detecção pré-natal de infecção pelo vírus T-linfotrófico humano (HTLV) 1/2 em gestantes	Relatório Técnico nº 880 Relatório para sociedade nº 443	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 13/2024 - Publicada em 05/04/2024
Alfaepoetina para o tratamento de pacientes com doença falciforme apresentando declínio da função renal e piora dos níveis de hemoglobina	Relatório Técnico nº 874 Relatório para a sociedade nº 432	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 12/2024 - Publicada em 05/04/2024

II – DECISÕES SOBRE INCORPORAÇÕES NO SUS

TECNOLOGIA AVALIADA E INDICAÇÃO	RELATÓRIO COM RECOMENDAÇÃO FINAL DA CONITEC	DECISÃO	PORTARIA
Testagem Molecular para Detecção de HPV e rastreamento do câncer do colo do útero	Relatório Técnico nº 878 Relatório para sociedade 441	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 03/2024 - Publicada em 08/03/2024
Ravulizumabe para o tratamento da hemoglobinúria paroxística noturna	Relatório Técnico nº 875 Relatório para sociedade 438	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 10/2024 - Publicada em 07/03/2024
Nirmatrelvir/ritonavir para o tratamento da Covid-19 para pacientes com sintomas leves a moderados, que não requerem oxigênio suplementar, independentemente do status vacinal e com idade ≥ 65 anos ou imunocomprometidos com idade ≥ 18 anos	Relatório Técnico nº 877 Relatório para sociedade 436	Manter incorporação	SECTICS/MS nº 9/2024 - Publicada em 07/03/2024
RT-PCR para identificação de mutação do receptor do fator de crescimento epidérmico (EGFR) em pacientes com câncer de pulmão de células não pequenas	Relatório Técnico nº 879 Relatório para sociedade 430	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 8/2024 - Publicada em 07/03/2024
Ablação térmica para o tratamento da metástase hepática irrissecável ou ressecável com alto risco cirúrgico do câncer de cólon e reto	Relatório Técnico nº 881 Relatório para sociedade 428	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 6/2024 - Publicada em 07/03/2024
Acetato de lanreotida para o tratamento de pacientes com sintomas associados a tumores endócrinos gastroenteropancreáticos funcionais e acetato de octreotida de liberação prolongada para o tratamento de pacientes com sintomas associados a tumores endócrinos gastroenteropancreáticos funcionais	Relatório Técnico nº 876 Relatório para sociedade 439	Incorporar ao SUS Não incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 5/2024 - Publicada em 07/03/2024
Hidroxiureia 100 mg para o tratamento de pacientes com doença falciforme com pelo menos 9 meses de idade e de hidroxiureia 1000 mg para o tratamento de pacientes com doença falciforme com pelo menos 9 meses de idade	Relatório Técnico nº 872 Relatório para sociedade nº 437	Incorporar ao SUS Não incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 4/2024 - Publicada em 07/03/2024
Hidroxiureia para o tratamento de pacientes com doença falciforme (SS, Sbeta0, Sbeta+ grave e SD Punjab), entre 9 e 24 meses de idade, sem sintomas e complicações	Relatório Técnico nº 873 Relatório para sociedade nº 435	Incorporar ao SUS	SECTICS/MS nº 2/2024 - Publicada em 07/03/2024
Diabete Melito tipo 2 Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas	Relatório Técnico nº 882	Atualizar PCDT	SECTICS/MS nº 7/2024 - Publicada em 01/03/2024

Expediente

Procurador-Geral de Justiça

Pedro Maia Souza Marques

CESAU

Coordenadora

Rocío García Matos

Equipe

Adriana da Conceição Trindade Beserra

Aiesca Araújo Machado

Ana Lucia Santos Porto Magalhães

Ana Paula Pinheiro Rodrigues de Mattos

Candice Moraes Lisboa

Catarine dos Santos Pereira

Fabrcia Lilian Menezes Santos

Janizete dos Santos Souza

Luara Barreto Macedo

Marina Loyola Dantas De Castro

Manuela Fernandes de Carvalho Oliveira

Patrícia Santana Sousa

Poliana Brito Barbosa

Rafael Gonçalves Costa

Rafaela Pereira de Freitas



cesau@mpba.mp.br



71 3103-0705



71 3103-0706



71 3103-0707



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA SAÚDE – CESAU

Sede Administrativa: 5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui